

DOM, PODER E VIOLÊNCIA (A PROPÓSITO DO MANIFESTO CONVIVALISTA)¹

Alba Zaluar

Professora visitante do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP/ UERJ). Email: azaluar@iesp.uerj.br.

RESUMO

Este artigo objetiva apresentar alguns dados do estudo sobre os paradigmas que baseiam o Movimento Antiutilitarista dos Cientistas Sociais (MAUSS), que tem como fundadores Alain Caillé e Jacques Godbout. Tais paradigmas foram debatidos durante o lançamento do Manifesto Convivalista na Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) no ano de 2013, e recentemente no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP/UERJ), que contou com a presença de Alain Caillé. Durante os debates, dois temas se destacaram: o utilitarismo e as redes sociais abertas e transnacionais. Essas e outras questões estão presentes no manifesto convivalista, cujas ideias principais serão discutidas neste artigo.

PALAVRAS-CHAVE: Manifesto Convivalista. MAUSS. Utilitarismo. Redes sociais abertas.

ABSTRACT

This paper presents some data from the study on the paradigms that are based on the Anti-utilitarian Movement of Social Scientists (Mauss), whose founders are Jacques Godbout and Alain Caillé. These paradigms were discussed during the launch of the Convivalist Manifesto at the National Association of Graduate Studies and Research in Social Sciences (ANPOCS) in 2013, and recently at the Institute of Social and Political Studies on the State University of Rio de Janeiro (IESP / UERJ), which was attended by Alain Caillé. Two specific themes came about during the debates: utilitarianism and social open transnational networks. These issues are in the Convivalist Manifesto, and we discuss its main ideas at this paper.

KEYWORDS: Convivalist Manifesto. MAUSS. Utilitarianism. Social open networks.

1. Uma versão anterior desse artigo foi publicada na revista Insight Inteligência, em 2013.

RESUMEN

Este artículo presenta algunos datos del estudio sobre los paradigmas que se basan en el Movimiento Anti-utilitarista de Científicos Sociales (Mauss), cuyos fundadores son Jacques Godbout y Alain Caillé. Estos paradigmas se discutieron durante el lanzamiento del Manifiesto Convivialista en la Asociación Nacional de Estudios de Posgrado e Investigación en Ciencias Sociales (ANPOCS) en 2013, y recientemente en el Instituto de Estudios Sociales y Políticos en la Universidad Estatal de Río de Janeiro (IESP / UERJ), que contó con la presencia de Alain Caillé. Durante el debate, se destacaron dos temas: el utilitarismo y las redes sociales abiertas y transnacionales. Estos y otros temas están presentes en el Manifiesto Convivialista, cuyas ideas principales se describen en este artículo.

PALABRAS CLAVE: *Manifiesto Convivialista. MAUSS. El utilitarismo. Redes sociales abiertas y transnacionales.*

INTRODUÇÃO

No mundo globalizado pela rapidez da comunicação em redes via internet e pela predominância do neoliberalismo e do capital financeiro, dois debates são fundamentais: sobre o utilitarismo e sobre as redes sociais abertas e transnacionais. Sobre este e outros debates versa o manifesto convivialista lançado na Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) em 2013 e recentemente no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP/UERJ) com a presença do professor Alain Caillé, fundador do Movimento Antiutilitarista dos Cientistas Sociais. As ideias principais do movimento são aqui discutidas.

Na querela sobre o racionalismo econômico do mercado ou o utilitarismo, Alain Caillé e Jacques Godbout, fundadores do Movimento Antiutilitarista dos Cientistas Sociais (MAUSS), sempre ressaltaram o fato de que o laço social é criado entre pessoas ou grupos pelo dom em seus três momentos (dar, aceitar, retribuir), sob a OBRIGAÇÃO LIVRE de retribuir a dívida aceita. Esta seria a sociabilidade que acompanha os seres humanos desde seus primórdios até hoje, no mundo contemporâneo. É uma sociologia de rede social, que sempre existiram nas sociedades humanas, das arcaicas até as pós-industriais, mas é também sociologia da ação prática, pois a dívida não está no registro do explícito. Sua eficácia depende do silêncio sobre o que foi doado, ou seja, da não cobrança da retribuição para que ela seja de fato livre. Este é o seu segredo partilhado tacitamente entre quem doa e quem aceita a doação. Não está, portanto, no registro

do conhecimento escrito que se aprende nos livros e na escola, mas sim do etos, do saber implícito, da cultura entranhada no social, da prática na sociabilidade quotidiana. Não é parte, tampouco, do inconsciente libidinal, criador do sujeito individual segundo Freud, mas do arcaico coletivo que preexistiria e continuaria até hoje em todos nós.

Essa Sociologia pretende criar um novo paradigma que paradoxalmente seria antiparadigmático (CAILLÉ, 2002, p.81). De fato, para além do holismo e do individualismo, o terceiro paradigma - o relacional - supera a dicotomia entre o sujeito e o objeto, o micro e o macro, o indivíduo e sociedade visto que nenhum desses dois termos domina ou determina o outro, segundo vários autores tais como Norbert Elias, Pierre Bourdieu, Alain Caillé, Jacques Godbout e outros mais. Na teoria da reciprocidade desenvolvida pelos dois últimos, cada par dessas dicotomias constitui-se mutuamente no fluxo das inter-relações que a dádiva criaria, designando um lugar para o indivíduo na rede de vínculos sociais tecidas por ele e seus parceiros. Também chamado por isso “antiparadigmático”, esta abordagem focaliza o fluxo, a rede, o círculo, a roda, a associação, a cooperativa, os muitos nomes para o que transita entre pessoas e vai tecendo um entre-meado nunca findo, nunca fechado, de relações entre elas. Ao mercado, a relação entre as coisas. Ao social, a relação entre as pessoas. No consumo público e ritual do dom, que não é um consumo estritamente privado, o valor das coisas é submetido ao valor das pessoas. Portanto, como afirma Godbout (1998), não é o valor de uso nem o valor de troca, é o valor da ligação ou associação entre pessoas que importa no social por oposição ao que importa no mercado. E é justamente isto que fundamenta o primeiro.

Assim, o terceiro paradigma fundado por Mauss propõe-se a superar as armadilhas do todo, bem como as do indivíduo isolado oposto à sociedade, por pensar e sublinhar a circulação de bens simbólicos e materiais entre os indivíduos e grupos sociais em processos sem fim. Como afirma Caillé (2000, p.18-19), «é fazendo uma dádiva que alguém pode se declarar pronto a jogar o jogo da associação e da aliança e solicitar a participação de outros neste jogo”. Os bens que se troca não são exclusivamente coisas ou riquezas, móveis e imóveis, economicamente úteis, pois “trata-se, antes de tudo, de gentilezas, ritos, serviços, danças, festas, feiras em que o mercado é apenas um dos momentos e onde a circulação de riqueza constitui apenas um termo de um contrato muito mais geral e muito mais permanente” (MAUSS, 1999, p. 45). O social se apresenta assim como um interminável convite a fazer apostas nos elos forjados em diferentes jogos, danças, festas e demais ritos da sociabilidade.

Se a sociabilidade é em rede, de modo nenhum, por causa disso, estaria garantida a horizontalidade das relações e a ausência de desigualdade entre os participantes, previamente, durante e após a dádiva. Isso tanto nas sociedades primitivas como nas contemporâneas. No dom, as pessoas mantêm-se diferentes e desiguais em termos de poder, prestígio e riqueza, o que não as impedem de se associarem. Quando muito a desigualdade torna-se velada para que haja aposta no dom e a interação momentânea flua. Apenas na amizade e na comunidade as diferenças e desigualdades são anuladas, pelo menos temporariamente ou na exclusividade dessa relação ao longo do tempo. Ao contrário do que se afirma hoje de um jeito repetitivo e, claro, tendendo para o dogmático, as redes são muito diferentes entre si. Há as estelares, as radiais, as densas, as ralas, todas elas sempre abertas para mais uma conexão. Essa ideia de que redes são horizontais e informais nunca foi o ponto crucial delas. Ao contrário, o que as diferenciaria de grupos seria a característica de serem abertas, sem fronteiras de inclusão/exclusão. Redes não desenvolvem, portanto, sentido forte de coletividade que deve ser preservado à custa de possíveis críticas, dissidências, desistências. Isso não é rede, é grupo fechado.

As apostas são feitas por distintas pessoas em situações díspares e com resultados nem sempre previsíveis, justamente porque, pelo menos na ideia do jogo do dom, cada parceiro teria liberdade no agir. O dom não é norma coercitiva, é prática que impele a retribuir o que se recebe de alguém, na gangorra entre a liberdade e a obrigação. Liberdade obrigatória e obrigação livre, eis a tensão constitutiva do paradoxo ético e do dilema do dom na ação prática. Com estas características, conserva as ambiguidades e ambivalências do que não é contrato, nem direito, nem reivindicação política. Não está escrito, não é coercitivo, nem é apenas obrigatório, podendo então ter sinais positivos e negativos, ou seja, o dom é paradoxal. Daí seu caráter ambíguo, ambivalente, imprevisível.

Se a sociabilidade se dá entre pessoas que criam laços entre si, isso não afasta a dimensão do poder que pode vir a diferenciá-las. De fato, no social sempre há o entrelaçamento entre a necessidade e o dom, o interesse e o desinteresse, o egoísmo e a generosidade, a cobiça e a solidariedade, o amor e o ódio, apesar das afirmações às vezes exageradamente otimistas de críticos do interesse próprio como o cimento da sociedade. Falar apenas de reciprocidade no dom, portanto, não basta. É preciso saber-se de que reciprocidade se trata, do seu contexto social, dos seus limites, dos significados socialmente atribuídos às ações que a caracterizam, e das suas perversões socialmente percebidas e criticadas. Como acontece no

clientelismo político, na esmola, no presente de grego que não passa de um ato de guerra, no dom manipulado para melhor dominar e submeter o outro, e na vingança mortal que é a completa negação da relação com o outro. Seria preciso, portanto, ir além das relações interpessoais dos três momentos do dom para se entender porque e como se oferece ou se nega algo a alguém, porque e como se aceita ou recusa algo de alguém e porque e como se retribui algo a alguém. Deixar tudo por conta de uma arcaica força contida no próprio dom - denominado *hau* por Mauss (1999, p. 42, 56) - que obrigaria a contraprestação é deixar muita margem para a ambiguidade e a manipulação. A análise ou interpretação só ficaria mais completa quando os contextos sociocultural e político-institucional da prestação e da contraprestação estivessem nela incluído. Pois, ensinou Karl Polanyi, o mercado e seus princípios ou mecanismos são contidos, nos dois sentidos do termo, pela moral que prevalece no social, que coerce os que querem obter reconhecimento e prestígio, bem como pela lei instituída que coage indivíduos a obedecê-la sob o amparo das sanções penais.

O próprio Mauss já havia chamado atenção para o caráter antagônico e interessado do *potlatch* que ele descreveu assim:

Essas tribos riquíssimas que vivem nas ilhas ou na costa, ou entre as Rochosas e a costa, passam o inverno em perpétua festa: banquetes, feiras e mercados, que são ao mesmo tempo a assembleia solene da tribo. Esta então se dispõe segundo suas confrarias hierárquicas, suas sociedades secretas, amiúde confundidas com as primeiras e com os clãs; e tudo – clãs, casamentos, iniciações, sessões de xamanismo e de culto dos grandes deuses, dos totens ou de antepassados coletivos ou individuais do clã – confunde-se em uma inextricável trama de ritos, de prestações jurídicas e econômicas, de fixações de posições políticas na sociedade dos homens, na tribo e nas confederações de tribos, porém é o princípio da rivalidade e do antagonismo que domina todas essas práticas. Vai-se até à batalha, até à morte de chefes e nobres que assim se enfrentam. Por outro lado, vai-se até à destruição puramente suntuária de riquezas acumuladas para eclipsar o chefe rival, ao mesmo tempo associado (de ordinário avô, sogro ou genro). Há prestação total no sentido de que é de fato todo o clã que contrata por todos, por tudo que possui e por tudo que faz, através da figura do chefe como intermediário. Mas esta prestação reveste, da parte do chefe, um cunho agonístico muito acentuado. É essencialmente usuária e suntuária, e assiste-se, antes de tudo, a uma luta dos nobres para assegurar entre eles uma hierarquia que resultará em proveito de seus clãs (MAUSS, 1997).

E é Godbout (1998) que procura a explicação do excesso e do antagonismo violento no contexto em que se encontravam as tribos *Kwakiutl*. A população havia diminuído, mas os postos honoríficos permaneciam os mesmos. Este povo vivia uma situação particular dos que adquiriam muita riqueza por causa da ambiguidade das suas relações com os brancos para os quais as peles dos animais caçados eram vendidas. Se a rivalidade nunca está ausente do sistema de dádiva primitivo, esta destruição exibicionista e suntuosa de bens mesmo assim não seria o econômico dissimulado, como na teoria da prática em Bourdieu (1972; 1992). Esses povos de caçadores tinham um longo período em que apenas festejavam e interagiam socialmente, participando dos jogos competitivos que Mauss denominara dom antagônico, já então com a sua faceta conflitiva e até mortal que foram adquirindo. Tais festas contínuas e repetidas desencadeavam a luta pela riqueza e pelo status político (poder) obtido nelas, ou seja, pelo reconhecimento. Por isso a rivalidade tendia a ultrapassar qualquer limite (GODBOUT, *op.cit.*). Não sem importância é o fato de que a grande riqueza recém-adquirida com a venda de peles aos homens brancos trouxe um desequilíbrio acentuado na divisão da riqueza e do poder, na justificativa moral e no desconhecimento do processo de acumulação deles.

Os aspectos negativos da reciprocidade antagônica estão também claros nos sistemas de dádivas e de rituais suntuosos promovidos por chefes do crime organizado ou organizações fora da lei, como, por exemplo, dos que cuidam do atacado e do varejo no comércio ilegal de drogas. Mas também dos políticos e governantes corruptos de muitos países do planeta, em diferentes contextos ou conjunturas que é preciso trazer para a análise. Nos dois casos, surge também o desequilíbrio nas relações, as dificuldades de justificar moralmente a súbita e crescente riqueza, mas não o desconhecimento do processo de acumulação, buscado incessantemente no mercado financeiro internacional.

As teorias de Mauss sobre a reciprocidade, que ele próprio entende na sua ambivalência e pluralidade, precisam ser usadas com ainda maior cuidado em países como o Brasil no qual a cultura, o etos ou o saber implícito gera usos manipuladores interesseiros, instrumentais e utilitaristas do dom. Desde o muito repetido refrão do contexto da política patrimonialista e clientelista “é dando que se recebe”, até as formas mais repressivas, usadas principalmente nas muitas redes de crime organizado, mas passando pelos impostos, dádivas compulsórias dos contribuintes ao Estado, que, por sua vez, nem sempre retribui adequadamente àqueles. Entretanto, na relação com o Estado, o cidadão não é só uma pessoa, é um sujeito provido

de direitos que pode pressionar politicamente, reivindicar, manifestar-se usando uma multiplicidade de recursos hoje disponíveis para a sua liberdade de agir. Criam-se então outras redes de solidariedade e confiança que vão além dos laços arcaicos na família e na paróquia (ou bairro), e que estimula novas formas de doação e até de sacrifício. Passa-se do espaço privado e paroquial para o espaço público onde a reciprocidade moderna, que se manifesta não apenas com as pessoas próximas e conhecidas, mas principalmente com os desconhecidos e distantes, é a que prevalece. Mais do que dádivas, tais relações são entendidas no registro da confiança, da cooperação, da solidariedade mútuas por um bem comum, pelo menos no discurso. O dom é o que sela a aliança (CAILLÉ, 2002, p. 19). Tais redes e movimentos nem são inteiramente horizontais e igualitários nem estão livres de práticas utilitaristas ou instrumentais, especialmente em períodos pré-eleitorais, mas permitem que muitos deem o melhor de si generosa e arduamente e que outros se aproveitem. Mais uma vez, a análise tem de ir além do microcircuito da troca para o contexto mais amplo em que esta se dá.

Contudo, mesmo que o ensaio sobre a dádiva tenha focado a relação arcaica da dádiva, é preciso interpretar esta teoria na intertextualidade dos abundantes escritos políticos de Mauss (1997) no contexto social em que viveu. Mauss foi simultaneamente *scholar* e político, intelectual e militante socialista, pensador e ativista nas cooperativas, associações voluntárias e sindicatos existentes então na França. As intenções políticas de Mauss, lendo as 700 páginas dos seus escritos políticos, são claras. Em primeiro lugar, poucas vezes usa a palavra reciprocidade que nem está registrada no índice do livro, mas numerosas vezes as palavras cooperação, cooperativa, associação, solidariedade, socialismo. Fundador do partido socialista francês, Mauss acreditava, sobretudo na cooperação e na associação voluntária para criar solidariedades na ação coletiva. A cooperação na vida associativa constituiria “uma forma espontânea e não obrigatória de democracia”, ao mesmo tempo “um exemplo de propriedade coletiva” e “obra de solidariedade operária e popular” (MAUSS, 1997, p.19-24). Mas era contra radicalismos e uso da violência, desconfiado da violência das paixões políticas, favorável aos ideais gregos da amizade (*philia*)¹, e

1. Acrescentar “demo” à *philia*, inventando uma *demophilia* não resolve a questão da violência, apenas acrescenta mais um indício de um suposto populismo que enaltece tudo que se origina no povo como aquele setor da população exclusivamente marcado pelo sinal positivo do bem, do justo e do belo.

da comunidade (comunitas). Mauss foi um reformista, atento ao contexto sociocultural, político-institucional e econômico em que vivia. Nunca um revolucionário a apostar na violência como único instrumento na transformação da sociedade de modo a fazê-la mais justa.

Ao escrever polêmicos ensaios sobre a violência em 1923, criticando Sorel e o uso que de suas ideias fizeram Mussolini e Lenin, Mauss lamenta este uso e registra o fato de que ambos imputaram a vitória de suas minorias armadas à teoria de Sorel de que o único método revolucionário é a violência. Ele vê algumas justificativas morais e políticas no bolchevismo; nenhuma no fascismo. Porém assinala que, apesar de reconhecer que seus projetos e resultados foram muito diferentes, a violência inicial marcou indelevelmente os dois regimes que nunca desenvolveram formas democráticas de resolução de conflitos e de deliberação coletiva nas decisões. Termina o texto afirmando que “... é preciso ter não apenas o sentido da força, mas também o da lei, do direito, da opinião, da coletividade que não se deixam violentar senão na aparência e por um tempo, e que é preciso administrar, mas nunca explorar” (MAUSS, 1997, p.509-513).

No ensaio sobre a dádiva, seu texto antropológico mais citado, ao ressaltar a importância do dom e do laço social que dele advém, Mauss (1974) procurava construir uma cultura que suplantasse aquela criada pelo reducionismo das ideais liberais que transformara o mercado em mão invisível e instaurara a competição entre seres humanos entendidos como mônadas, isolados uns dos outros pelos seus interesses pessoais de ganho. Hoje, não é outro o objetivo político dos adeptos do Movimento Antiutilitarista dos Cientistas Sociais, na nova fase em que o liberalismo econômico retorna fortemente como a salvação das economias nacionais, mas, sobretudo, da economia financeira global.

No Brasil, entretanto, é preciso uma luta simultânea contra a colonização da sociedade e das instituições políticas pelo mercado que, aqui mais do que em outros lugares, não encontra tantos limites morais e institucionais, apresentando um instrumentalismo sem peias nem vergonha na cara. Patrimonialismo, clientelismo e capitalismo selvagem criaram as condições para isso. E é preciso também aprofundar a reflexão sobre a violência que tanto estrago já fez aqui, ceifando vidas jovens, interrompendo percursos promissores, destruindo organizações preciosas para expandir o bem público.

Assim, não se pode deixar de considerar os extremos desses ismos no mundo das trevas, do que permanece embaixo dos panos, da ilegalidade que se mantém pela impunidade dos mais fortes e poderosos. Entretanto,

como o doar e o retribuir são ação livre, as ações claramente repressivas, dominadoras e compulsórias usadas no mundo alternativo ao Estado - no mundo do crime - podem ser consideradas troca recíproca, dívida ou dom como sugerem algumas interpretações do chamado mundo do crime? No meu entender, é necessário abranger suas facetas empresariais que buscam o lucro e a acumulação, o que submete a dívida ao interesse pecuniário, a confiança, lealdade e solidariedade ao empenho necessário na estrutura de poder interna para manter o negócio em funcionamento. Algumas ações podem ser interpretadas simplesmente como o inverso do dom: em vez de doar, tomar ou apreender; em vez de aceitar, recusar; em vez de retribuir, guardar e acumular em tudo que se refere ao roubo, seja de bens, seja de posições de poder. A parte desarmada ou menos armada não tem alternativa senão entrar no jogo de poder oferecido e doar o que lhe é exigido, como no caso do assaltante obrigando a vítima, com uma arma de fogo apontada para ela, a entregar sua carteira. Nem o assaltado exerce a sua liberdade, por mínima que seja, nem o assaltante está pensando em retribuir de alguma forma o bem tomado. Ele pode ou não deixar o assaltado vivo, conforme seu impulso no momento. Nada o obriga e ele é indiferente ao laço social com o assaltado desconhecido. Ele tem a arma e o poder na situação. Nos intermitentes, porém sempre repetidos, confrontos antagônicos mortais que envolvem os que participam dessas organizações ilegais, o mais forte e mais armado se impõe sobre os demais do mesmo modo e exerce um domínio quase sempre despótico.

Mas é preciso entender até mesmo o dom invertido que amealha lealdades e confianças compulsórias sob o cano de armas de fogo, no contexto político-institucional, econômico e sociocultural mais amplo. A política da guerra às drogas, iniciada no final dos anos 1970, coincidindo com o aumento da violência em quase todo o continente americano, criou mais uma vez o cenário da proibição de uma mercadoria desejada por muitas pessoas. Apesar dessa proibição e das políticas repressivas ao uso e comércio das drogas consideradas ilegais, formas de violência altamente letal irromperam em quase todos os países do mundo ocidental, formando novas configurações político-econômicas, estas vinculadas por sua vez ao crescimento das máfias e redes do crime-negócio. Entre as drogas ilegais que se transformaram por causa da proibição em um mercado muito lucrativo, a cocaína, que afeta particularmente o continente americano, criou um estilo de tráfico violento. Este valoriza o “dinheiro fácil”, tal como o obtido nos jogos do mercado financeiro internacional muito usado para a lavagem do dinheiro sujo ou ilegal, assim como valoriza

o poder adquirido pela violência como instrumento para a conquista de territórios, até mesmo dentro de cidades. Em Nova Iorque, este padrão já se encontrava no tráfico de heroína, implantado desde a década de 1960 em bairros negros e porto-riquenhos, mais tarde no tráfico do *crack* nos anos 1980-1990, cuja epidemia foi finalmente superada recentemente. Em muitas outras cidades da América Central e do Sul, a atividade econômica ilegal afetou profundamente a vida política e social em vastos territórios rurais e urbanos dentro de seus países. No setor, relações de exploração de classe também foram impostas de forma selvagem: os que nele trabalham não têm direitos, a não ser aqueles decorrentes da liberalidade dos chefes e das relações baseadas na reciprocidade ambígua e ambivalente. Arriscam suas vidas diariamente, morrendo aos milhares no continente, caso despertem a desconfiança de policiais abusivos ou não sigam as regras da confiança e da lealdade ao grupo de tráfico. É o risco cotidiano de suas vidas que mantém lucrativas as organizações empresariais criadas neste empreendimento econômico clandestino, chamadas não por acaso de firmas pelos traficantes do Rio de Janeiro. Vários estudos assinalaram as profundas associações entre o crime profissionalizado ou organizado, a política clientelista local e o capitalismo selvagem, as vinculações entre os negócios ilegais e os legais, as passagens entre o desvio e o mundo convencional, os quais se interpenetrariam. No plano internacional e do comércio no atacado, o controle cada vez maior das redes de comunicação e dos fluxos financeiros, montado pelas máfias, asseguraria a legalização ou o branqueamento dos lucros assim obtidos, portanto a continuidade das operações sigilosas e a tendência à monopolização e concentração de renda nos pontos-chave da distribuição. Os personagens dessas redes comerciais que mais lucravam, segundo estudos feitos em outros países e resenhados no relatório da United Nations Internacional Drug Control Program (UNDCP) desde 1997, eram os grandes intermediários, especialmente os traficantes do atacado e os lavadores de dinheiro, ou seja, os que transformam o dinheiro “sujo”, ganho em negócios ilegais, em dinheiro “limpo” de negócios legais variados. Mas sempre houve a convergência e a promiscuidade entre atividades econômicas legais e ilegais, entre agentes do Estado e das organizações criminosas.

Como se mantém a ordem interna ou a submissão voluntária à estrutura de poder que se desenvolve na clandestinidade? Tais organizações baseadas em violências também se sustentam internamente na reciprocidade entre seus membros, na solidariedade e lealdade sempre exigida aos que entram nelas, em que não faltam dons (nos dois sentidos da palavra). Quanto

mais organizada, tanto mais a facção criminosa é capaz de controlar o confronto letal entre seus membros, sempre disputando postos de venda e de poder. São numerosos os depoimentos de jovens envolvidos no tráfico ou ex-traficantes que narram as dificuldades de conservar amigos neste mundo, sobretudo na fase inicial em que as facções ainda não dominavam territórios e todas as etapas e redes do tráfico de drogas. Os laços são frágeis, a confiança é mantida sob a ameaça de sanções fatais, a lealdade sofre viradas repentinas e completas. Com a consolidação do poder das facções, especialmente em São Paulo onde apenas uma domina as prisões e as áreas periféricas, novas formas de regular e conter a sanção fatal aos rivais e inimigos são estabelecidas. No Rio de Janeiro, ainda na virada do século tais confrontos aconteciam mais amiúde.

Entrevistando longamente ex-traficantes, recolhi os seguintes depoimentos que falam dos obstáculos à solidariedade, à lealdade, à amizade, à dádiva enfim, que são perseguidos sem muito êxito em um pano de fundo da descrença. Empréstimo de arma e de cocaína tem de ser devolvidos ou pagos prontamente segundo seu valor de mercado. E com os policiais a troca é de tiros e de arregos, sem ser exatamente alternativa, pois andam juntos:

Dali em diante, eu comecei a comprar armas. Tudo que era arma que aparecia eu comprava e, às vezes, quando convidava um pra sair eu falava: ‘pô cara, vamos dar uma volta até Madureira, Penha, Rocha Miranda pra arrumar um dinheiro!’ A gente era novinho, uns 15 ou 16 anos. Quando alguém dizia: ‘rodei com um fulano ai, perdi um dinheiro, perdi um revólver! Eu falava: ‘Não tem problema não, eu te empresto outro.’ Hoje em dia é diferente, os caras da PM vão metendo bala. Naquela época, eles rendiam a gente e assaltavam. Eles davam geral, puxavam o revólver, pegavam o que tava no bolso e mandava se adiantar: ‘Se adianta, se adianta’. ...Hoje, a polícia é arregada, eles entram no plantão e recebem o arrego. Então, tem uma certa hora, é assim que funciona, que eles falam que o pessoal da Supervisão ou da Corregedoria vai fazer uma ronda lá, então avisam: ‘hoje não vai ter arrego não!’ Aí os caras não querem saber de nada. Quando os PM vêm, já vai bala. E, aquele mesmo PM que está entrando na bala hoje, amanhã está pegando o dinheiro, o arrego dele. Hoje em dia, é assim que a coisa está funcionando nas favelas. Se hoje ele não pode pegar dinheiro porque vai ter uma ronda, ...porque tem uma supervisão na viatura ou porque vai querer invadir, então o pessoal vai meter bala... Por exemplo, lá em Jacarepaguá é assim: o arrego tem que chegar até umas duas horas da tarde. Se não, a polícia entra metendo bala... Hoje, o que funciona mais é o argumento do arrego. Pagar pra não ser incomodado!

A desconfiança está sempre atrás da confiança precária e do pagamento pela ajuda recebida. Ainda é o mercado e o interesse que predominam. Nem o *fiel*, que acompanha sempre o dono da boca mais de perto em todas as horas do dia, escapa dessa lógica. Nos primórdios do tráfico da cocaína no Rio de Janeiro, acontecia assim, segundo depoimento de um traficante preso por muitos anos, tomado em 2009:

Endolava a droga cada dia era em um lugar. Pessoas cediam a casa, entendeu, levava um dinheiro para liberar a casa para a gente trabalhar. Aí, a vizinhança via, né, aí da outra vez a gente já não ia naquela. Porque correria o risco de ser caguetado pelo telefonema anônimo.

Eu só vivia ali assim, desconfiado. Tanto é que o [*nome de outro traficante*] não teve a sorte que ele queria por causa disso, né? Às vezes o [*nome de outro traficante*] chegava perto de mim e falava assim com 10 /12 pessoas, ‘aí estou com uns amigos de fora aí, vem cá pra mim te apresentar os amigos ali’. Eu o via de longe já ficava com os dois revólves debaixo do braço assim, e os caras se esticando para apertar a minha mão, ‘legal, não precisa apertar a minha mão não’; ele: ‘pô você não vai apertar a mão dos meus amigos, não’; eu: ‘eu não rapaz, você está matando seus amigos’; ele: ‘amigo é nós, vai deixar os amigos com a mão no alto aí’; eu: ‘vai, não precisa apertar a mão não, tá maneiro assim’. Então, se eu não fizesse isso assim com ele, eu não estaria aqui conversando com vocês hoje. E foi várias vezes que aconteceu isso, eu o via de longe e já metia a mão no revólver. O que acontecia? Ele trancava os dentes de nervoso comigo, aquela vontade de fazer, mas ele vai fazer e eu também... Vai morrer nós dois... Então, o [*nome de outro traficante*] não se deu bem por causa disso. Ele matava os amigos, conversando assim com os amigos, comendo, bebendo e daqui a pouco “bum” dava um tiro na cara... Aí tomava tudo que o cara tinha.

Isso também, mas, às vezes tem alguma coisa errada, né, alguma mancada. O cara via sair matando aí daqui a pouco nego vai está falando, “pô, o cara está matando todo mundo, matando os amigos...”. Então, eles vão limpando o terreno assim, um matando o outro. Aí chega onde o cara quer. No final aqueles que ele queria se livrar, ele se livrou... A primeira coisa que vem na cabeça do cara que está envolvido é o seguinte: Se não mata aquele cara, o cara é que te mata. Aí nego fala, ‘se é para chorar a minha mãe que chore a mãe dele’. Às vezes o cara pensa dessa forma, ‘não, coitado do cara ele é amigo’... O cara quando faz isso ele está com raiva. Ele está matando alguém para não morrer, entendeu? Às vezes o cara fica com pena, ‘o fulano é legal vou dar uma oportunidade pra ele...’ aí vira as costas, está arriscado dele ganhar um tiro na cabeça. Então, o cara vai cobrar já com esse pensamento, ‘se eu não fizer isso com esse filho da puta, ele vai fazer em mim’. É assim

que acontece. Em boca de fumo tem muito cara também que se diz assim, ninguém fala na cara, ninguém diz, mas tem o cara que é robotizado. Na cadeia usava muito essa palavra: robô é o cara que, ‘mata fulano’, ele vai lá e mata... Ele não está com raiva do cara. Isso é uma coisa diferente você matar uma pessoa sem estar com raiva, sem o cara ter feito nada. É o robô ou teleguiado. Em boca de fumo tem muito isso. Tem muitos caras na boca que querem mostrar serviço, que pretendem ganhar um posto melhor, né? Esses são os caras que não têm pátria porque na boca todo mundo é amigo, ‘oi irmãozinho’, nego só chama de irmão, mano pra lá, mano pra cá... Se abraça, vai lá na comida do cara. Daqui a pouco o dono da boca, ‘pode quebrar fulano’. Acabou de comer no prato do cara e vai lá matar o cara. Tem o fiel, mas só que naquela época não se usava essa palavra. Mas, sempre que estoura uma coisa, foi o fiel que traiu, foi o fiel que deu. O cara está colado com ele, mas tem a inveja dele, quer o lugar dele. Eu tinha essas pessoas que me rodeavam, mas quando eles iam fazer a minha escolta que eu ia dormir ou me esconder em algum lugar eu deixava eles parado até certo ponto. Em uma certa caminhada que eu sabia que eu podia ir sozinho eu falava pra eles, ‘podem voltar daqui’. Aí entrava em um portão, pulava várias cercas até sair aonde eu queria dormir. É fiel de confiança, mas nem tanto... Se eu for bajulado eu me sinto mal, vejo que é uma coisa falsa, né? Até no trabalho mesmo eu vejo o cara bajulando a mulher pra baixo e pra cima... Na cara dele dá pra ver que é uma coisa falsa. Eu não gosto de bajulação.

Com Denis, dono da Rocinha no final dos anos 1980 quando as facções já dominavam o tráfico, a vingança mortal pela confiança traída, revela-se como tragédia em que a dissimulação e a mentira não conseguem esconder os sinais invertidos do dom (tomar, recusar e acumular).

Até que um dia o Denis viajou para o México que ele queria atravessar do México para os Estados Unidos fazer uns negócios lá, aí pediu até para eu segurar uma onda lá. Aí eu falei, ‘não vou me envolver com o tráfico aqui não, minha parada é (nome de outra favela). Mas, com essa viagem do Denis os caras começaram a trair ele com um grupo que estava fugindo da Ilha Grande... Ele tinha um encontro com uma boliviana que trazia mercadoria... Foi para vários lugares com os documentos falsos, entendeu? Tanto é que depois ele mandou mais um cara junto com ele. Tanto é que depois ele mandou matar esse cara porque ele achou que o cara caguetou ele. Ele foi e deixou a boca com os caras lá, os dois irmãos, mas aí os dois irmãos passaram a ser dominados pelos caras que chegaram da Ilha Grande... Os caras querem dar um golpe na boca e os amigos do Denis que chegavam à Rocinha eles estavam matando. Aí eu já desconfiado com aquilo fui embora... Então,

uma mulher que já foi desse cara era atualmente mulher do Denis, ... então a mãe dessa garota ia à Rocinha pegar dinheiro que o Denis fazia contato com eles dos Estados Unidos e os caras começaram a rir e eu de longe via aquilo e percebia a traição, ‘esses caras estão traindo o Denis, vão dar um golpe dele’. Os caras estavam alucinados, cheirando dia e noite, pó e uísque. Então, às vezes eles estavam conversando com os caras assim sentados, encostavam a pistola do ouvido e já era. Matava e colocava na mala do carro. Os moradores passavam para ir trabalhar de carro viam um corpo no chão, eles falavam: ‘leva esse corpo aí’, o morador não estava acostumado com aquilo, né, o Denis não fazia isso. Os caras estavam barbarizando a favela. Aí os moradores com medo, não querendo levar, eles falavam: ‘ou você leva o corpo ou vai junto também’. Aí se o morador se recusava eles iam matar moradores também. Então, a favela virou um inferno sem o Denis ali. ... Mas eu já desconfiei que ele queria me matar também. Aí tinha uns parentes da minha falecida mulher na Estrada da Gávea, eu passei a noite ali. Nessa noite eles subiram no prédio onde nós estávamos matando três caras que eram amigos deles e do Denis. Eles andavam com um saco de pó pela favela. Eles pegavam um canudo e enfiavam dentro do saco para cheirar... E matando dia e noite. Parecia que estavam matando mosca.

Aí quando eu já estava fora da favela eu liguei para o Bolado. Ele era fiel de verdade ao Denis. Aí telefonei para ele e expliquei a situação. Um coroa que estava fugitivo da Ilha Grande, ele ... estava liderando o golpe contra o Denis. Quando eu liguei da (nome da favela) pra lá para visar o Bolado onde eu tinha deixado umas armas do Denis, esse velho... era cascudo mesmo, está sempre tramando para matar os outros. Ele quem atendeu ao telefone, ‘quem é?’ Eu disse quem era. Aí ele falou assim: ‘pô é você meu camarada, não leva mal não, mas para você eu tiro o chapéu’, eu falei, ‘o que você quer dizer com isso?’ ‘Você enxerga pra caralho, hein?’, ele falou assim pelo telefone. Então, ele quis dizer mesmo que eles iam tentar tirar a minha vida ali. Aí eu falei, ‘eu nem sei o que você está querendo dizer’. Ele, ‘não, sabe sim, você enxerga pra caramba’. Aí quando o Bolado veio, ele me explicou, ‘pô Ailton você está certo, eles estão tramando um golpe mesmo, mas eu não dou mole perto deles, fico com a mão no gatilho, eles vão se fuder’. Aí não deu outra. Acho que passou uns dois dias... Nesse dia eu fui até assumir a situação de um cara lá que ele também me pediu um socorro, precisava de cocaína pra lá que não tinha... Aí eu já aproveitei e pedi ao Bolado 1 kg de pó emprestado, mandei uma mulher ir lá buscar. Aí dois dias depois o Denis chegou de viagem, se reuniu na Rua Um sem ninguém saber, aí subi o Bolado e mais um grupo que confiava nele, aí desceu para Rua Dois e matou todo mundo. Foi uma matança muito grande. Ele matou esses caras todos que tinham fugido da Ilha Grande,... esse coroa e mais um bando deles lá. Descobriu um porão com várias metralhadoras que os caras

estavam guardando lá. Só fugiu um que era o cara que estava de frente na boca lá. Mas, fugiu como? A polícia invadiu e ele pediu garantia de vida. Aí o cara conseguiu fugir da favela - o Beto Fau - com a PM fazendo a escolta da mudança dele e da família. Foi para Niterói e o único que não morreu. “... Ele (Denis) estava viajando muito. Eles gostavam muito de ir para Florianópolis. Eles chegaram a assaltar vários bancos lá... Nessa época, o Bolado, que era fiel do Denis, ele e um grupo de seis assaltaram uns cinco bancos, arrumaram muito dinheiro. Eles já tinham os lugares certos para deixar o dinheiro para vir embora sem o dinheiro e só depois as mulheres vinham para o Rio trazendo o dinheiro. Em uma dessas o Bolado foi preso. O Bolado era um branquinho, baixinho igual um playboy. Ele era da Rocinha, mas quem não o conhecia achava que era mauricinho da Zona Sul, mas era um cara responsável e amigo de todo mundo. O Denis gostava muito dele. Então, esse foi o único que foi preso em Florianópolis. O Denis gostava tanto desse cara que ele reuniu um grupo, gastou muito dinheiro, embarcou os caras para Florianópolis e os caras o resgataram lá na cadeia. Eu sei que trocou a bandidagem da favela depois que ele fez a matança... Mas quem está no posto? Bolado que está mandando em tudo... Aí o Denis está conversando com o Bolado, aí falou, ‘deixa eu conversar com o fulano agora’. Bolado passou o telefone pro cara que estava ao lado dele e o Denis falou no telefone, ‘quebra ele, quebra ele que eu quero escutar o tiro e assumo a boca’. Isso foram os amigos que estavam lá que depois me contaram, né? Aí o cara acabou de falar com o Denis, ‘atende aqui que o cara ainda quer falar você’, aí o Bolado atendeu ao telefone e ele matou o Bolado. Era amigão, criados juntos... Um policial arregado é que contou que o Bolado tinha caguetado ele.²

Em email li que “a força desses guerrilheiros políticos pós-modernos que são os traficantes, vieram também dos próprios trabalhadores das favelas” que temeriam pela perda de sua propriedade (*sic*), ameaçada pela nova política para as favelas. De fato, moradores reclamam de serem furtados porque os traficantes não estão mais afastando os ladrões ou matando-os quando necessário. O foco de tais assertivas não é a transparência nos gastos públicos nem a luta contra a corrupção dos políticos, nem muito menos dos direitos civis que abolem a justiça sumária dos grupos armados. O que combatem com extrema violência é a nova política de segurança baseada na Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) que tira

2. Denis foi preso em 1987, Bolado morreu com um tiro na cabeça em 1988, que a imprensa local chamou “acidental”. Denis apareceu enforcado na sua cela em 2001.

lucros de traficantes de drogas ilegais, comerciantes e moradores ligados a eles, policiais corruptos e políticos que são apoiados por eles. A retórica empregada para justificar essa oposição baseia-se em distorções de teorias sobre a desigualdade e segregação urbanas. Mas quem vai ganhar com isso provavelmente é o candidato neopentecostal que deixou o RJ com altas taxas de homicídios (de jovens negros e brancos favelados), com as favelas tomadas pelas milícias e uma esteira de corrupção dentro das corporações policiais, chegando até ao seu chefe secretário de Estado. A UPP tem problemas que podem ser consertados, mas a política de antes era perversa e extremamente corrupta.

Referências

- BOURDIEU, Pierre (1992). *Esquisse d'une théorie de la pratique*, Lib. Droz, Paris. Interest, Habitus and Rationality em Bourdieu, P. & Wacquant, L. *An Invitation to Reflexive Sociology*. The University of Chicago Press, Chicago.
- CAILLÉ, Alain (2000). *Anthropologie du don: le tiers paradigme*, Desclée de Brouwer, Paris. 2002. *Antropologia do Dom, o Terceiro Paradigma*, Editora Vozes.
- GODBOUT, Jacques (1997). *O Espírito da Dádiva*, Editora, Lisboa ou 1998, Editora da Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro.
- MAUSS, Marcel (1997). *Ensaio sobre a dádiva em Antropologia e Sociologia*, vol. II, E.P.U. & EDUSP, São Paulo. *Écrits Politiques*, Fayard, Paris.